

Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

Em sede de IVA:

- a) As transmissões de bens e prestações de serviços gratuitas podem ser tributadas.
- b) As transmissões de bens e prestações de serviços gratuitas nunca podem ser tributadas.
- c) Só as doações é que não são tributadas.
- d) Só as transmissões por morte é que não são tributadas.

Questão 27.:

A quebra de cotação, na Bolsa, de acções detidas por um sujeito passivo de IRC:

- a) É irrelevante, para efeitos fiscais, uma vez que se trata de uma perda potencial.
- b) Pode ser relevante, para efeitos fiscais, na sua totalidade.
- c) Pode ser relevante, para efeitos fiscais, em 50% do seu valor.
- d) É sempre relevante, para efeitos fiscais, na sua totalidade, a não ser que existam prejuízos fiscais dedutíveis, caso em que só relevará a 75%.

Questão 28.:

Uma sociedade comercial com sede em Espanha:

- a) Nunca pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal.
- b) Pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal, desde que venda quaisquer bens ou serviços a residentes em Portugal.
- c) Só pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal, se tiver um estabelecimento estável em território português.
- d) Pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal, se gerar rendimentos que se considerem obtidos em Portugal.

Questão 29.:

Não são fiscalmente depreciables os activos qualificados como:

- a) Activos biológicos de produção.
- b) Activos fixos tangíveis que sejam mensurados pelo modelo da revalorização.
- c) Propriedades de investimento mensuradas ao justo valor.
- d) Estão correctas todas as alíneas anteriores.

Questão 30.:

O benefício à criação de emprego para jovens e desempregados de longa duração em matéria de IRC:

- a) Não se aplica quando o trabalhador é filho de um sócio da empresa.
- b) Só pode ser atribuído uma vez por cada trabalhador, independentemente da entidade patronal.
- c) É cumulável com qualquer incentivo em matéria de segurança social.
- d) Pode implicar deduções em seis exercícios económicos, tendo sempre o limite de cinco anos a contar do início da vigência do contrato sem termo.

Questão 31.:

A atribuição de gratificações aos trabalhadores, não integrados em órgãos sociais, na assembleia geral de aprovação de contas de 2012, realizada em março de 2013, e contabilizada como gasto em 2012, é aceite para efeitos fiscais:

- a) Em 2012.
- b) Em 2012, desde que as gratificações sejam pagas ou colocadas à disposição dos trabalhadores até ao fim de 2013.
- c) Em 2013.
- d) Em 2013, desde que as gratificações sejam pagas ou colocadas à disposição dos trabalhadores até ao fim de 2013.

Questão 32.:

Durante o exercício de 2012, a Sociedade Alfa, S.A. suportou os seguintes encargos:

- Despesas de representação dedutíveis: € 10.000;
- Encargos com viatura ligeira de passageiros cujo valor de aquisição ascendeu a €65.000: € 20.000;
- Encargos não devidamente documentados: € 2.000;
- Despesas não documentadas: € 4.000.

Sabendo que a sociedade apresenta prejuízos fiscais em 2012, o montante de tributação autónoma apurado deverá ser de:

- a) € 10.400.
- b) € 10.000.
- c) € 7.000.
- d) € 5.000.

Questão 33.:

Os rendimentos prediais obtidos por pessoas singulares estão sujeitos a tributação em IRS mediante a aplicação de uma taxa especial de 28%, incidente sobre:

- a) As rendas ilíquidas recebidas.
- b) As rendas recebidas, líquidas de retenção na fonte.
- c) As rendas ilíquidas recebidas, deduzidas de certo tipo de despesas.
- d) As rendas recebidas líquidas de retenção na fonte, deduzidas de certo tipo de despesas.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 34.:

Uma empresa de transportes marítimos de passageiros segue o custeio racional no cálculo dos custos de produção (serviços), pelo que:

- a) O cálculo das margens dos serviços prestados está muito dificultado.
- b) As diferenças encontradas entre os gastos do período e os gastos imputados não são objecto de tratamento por parte da contabilidade analítica por serem sempre irrelevantes.
- c) No final de cada período contabilístico a contabilidade analítica calcula a diferença entre os gastos de conversão de natureza fixa do período e os gastos imputados aos custos dos serviços prestados.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 35.:

Para calcular o custo de produção de cada trabalho de arquitectura num Gabinete de Arquitetos, Lda., que adopta o sistema de custeio total deve considerar-se:

- a) Apenas os gastos de conversão variável.
- b) O montante dos gastos da produção em vias de fabrico.
- c) Os gastos com o financiamento da sede da empresa.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 36.:

A Empresa Industrial de Rações, SA produz, em regime de produção conjunta, as rações tipo A e tipo B que comercializa no mercado, após operações de embalagem, ao preço de venda unitário de 3,75€/kg e 4,80€/kg, respectivamente. No ponto de separação obtém, para além dos produtos A e B, o subproduto S que vende a um cliente ao preço de 1.250€/tonelada e o resíduo R que manda destruir pagando 1.500€/tonelada.

Em certo período N venderam-se 80 toneladas de A e 96 toneladas de B e 12 toneladas de S. Os stocks iniciais eram nulos e no final do período havia 4 toneladas de B. Obtiveram-se 20 toneladas de R. A contabilidade apurou €495.000 de custos de matérias e materiais diretos e gastos de conversão acumulados no ponto de separação e operações específicas de embalagem na fábrica de A e B no montante de €60.000 e de €80.000, respectivamente.

A empresa reparte os custos conjuntos em função do valor de venda relativo no ponto de separação e mensura o subproduto pelo critério do lucro nulo. O custo das vendas da demonstração de resultados por funções do período N foi de:

- a) € 625.025.
- b) € 649.050.
- c) € 624.025.
- d) € 634.075.

Exame Profissional (a que se refere Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais Contas)	29 junho 2013	VERSÃO A
--	----------------------	-----------------



Questão 37.:

A empresa Beta fabrica o produto X cuja ficha de custos padrão contém os seguintes dados por unidade:

- Matéria-prima M: 2,5 kg a €12,0 cada;
- Mão-de-obra direta: 0,3 horas a €15,0 cada;
- Gastos gerais de fabrico: €7,5/unidade produzida.

No período N foram acabadas 8 000 unidades e a contabilidade apurou os seguintes dados relativos à produção:

- Matéria-prima M: 20.500kgs a €12,2 cada;
- Mão-de-obra direta: 2 380 horas que custaram €36 176;
- Gastos gerais de fabrico: €57.200.

O desvio total de produção de X no período foi de:

- € 7.776.
- € 6.476.
- € 7.246.
- € 7.476.

Questão 38.:

A Oficina de Reparação Automóvel de Chelas, Lda, dispõe das secções Mecânica, Pintura e Elétrica, para além da secção Gastos Comuns da Oficina, cujos gastos são repartidos pelas restantes secções em função da actividade. A contabilidade apurou de gastos diretos no mês de maio do período N para as secções principais, respectivamente, €5.650, €4.150, €4.050 para a Mecânica, Pintura e Elétrica e €20.400 para a secção Gastos Comuns. A actividade do mês da Mecânica, Pintura e Elétrica foi, respectivamente, de 600Hh, 120 Hm e 300 Hh. A Mecânica no mês forneceu 10 Hh à Pintura e 15Hh à Elétrica, enquanto que esta última forneceu 10 Hh à Mecânica e 10 Hh à Pintura.

O custo unitário da hora da Pintura e da Mecânica no mês de maio foi, respectivamente:

- € 60 e € 35.
- € 55 e € 30.
- € 60 e € 30.
- € 35 e € 30.

Questão 39.:

A empresa Beta segue o custeio variável na mensuração da produção. No período N fabricou 80.000 m² de X. Não havia stocks iniciais e no final havia 10.000 m² de X. No período o preço médio de venda foi de 16€/m².

No período a empresa teve os gastos seguintes:

	Fixos	Variáveis
- Fabris	€280.000	€560.000
- Distribuição	€120.000	1€/m ²
- Financeiros	€40.000	-
- Administrativos	€50.000	-

Se a empresa seguisse o custeio total, o resultado antes de impostos seria:

- Inferior em € 35.000.
- Superior em € 280.000.
- Inferior em € 280.000.
- Superior em € 35.000.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 40 A 46, A SEGUIR APRESENTADAS,

DEVERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

E NA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA MICROENTIDADES

Questão 40.:

Relativa ao mês de dezembro do ano N, a Sociedade A, Lda. tinha disponível a seguinte informação:

Saldo contabilístico da conta de depósitos à ordem em 31/12/N	€25.140
Cheques emitidos e em trânsito em 31/12/N	€12.275
Depósitos efetuados no cofre noturno em 31/12/N	€870
Devolução de cheque sem cobertura com o extrato bancário	€540
Devolução de livrança dada como garantia de empréstimo	€2.500
Despesas com livro de cheques debitadas pelo Banco	€27

À data de 31 de dezembro de N o montante do saldo bancário da conta de Depósitos à ordem era:

- a) € 36.032.
- b) € 38.478.
- c) € 35.978.
- d) € 33.478.

Questão 41.:

No mês de abril do ano N-1, a entidade BETA, Lda. adquiriu um equipamento básico por €30.040, que ficou disponível para uso em maio desse mesmo ano. Pela montagem do equipamento o fornecedor cobrou ainda € 5.000. A Gerência estima que no final da vida útil do equipamento (cinco anos) o consiga vender por € 2.520.

A correspondente quantia a figurar no balanço de N, sabendo que a empresa optou pelo método da linha reta por duodécimos, deverá ser:

- a) € 23.658.
- b) € 24.200.
- c) € 23.360.
- d) € 22.776.

Questão 42.:

O TOC da empresa registou por € 2.530 o depósito bancário de um cheque de um cliente, por débito da conta de Depósitos à ordem e crédito de Clientes c/c. O cheque foi depositado no Banco por € 2.350, montante por que foi efetivamente emitido e que o Banco creditou corretamente na conta da empresa.

Ao proceder à reconciliação bancária deverá corrigir-se o erro na contabilidade da seguinte forma:

- a) Débito da conta de Depósitos à ordem e crédito da conta de Clientes c/c por € 180.
- b) Débito da conta de Clientes c/c e crédito da conta de Depósitos à ordem por € 180.
- c) Débito da conta de Clientes c/c e crédito da conta de Depósitos à ordem por € 2.350.
- d) Débito da conta de Depósitos à ordem e crédito da conta de Clientes c/c por € 2.350.

Questão 43.:

No âmbito da consolidação de contas da MATER, SA. com a FILIA, Lda. recolheu-se a seguinte informação das contas individuais das duas empresas:

- A MATER, S.A. recebeu, em junho de N, € 25 000 a título de lucros distribuídos pela FILIA, Lda.;
- A MATER, S.A. detém quota de 92 % na sociedade FILIA, Lda.;
- No ano N a sociedade MATER, S.A. vendeu mercadorias à FILIA, Lda.: € 120.000;
- A Margem bruta das vendas em N da MATER, S.A. à FILIA, Lda.: € 30.000;
- Os Inventários finais adquiridos no ano N pela FILIA, Lda. à MATER, S.A.: € 80.000.

A quantia eliminada de inventários do grupo, para efeitos do balanço consolidado da MATER, S.A., deverá ter sido:

- a) € 80.000.
- b) € 30.000.
- c) € 20.000.
- d) € 90.000.

Questão 44.:

No ano de 20(N-2) a sociedade ObraX, Lda. celebrou, com a sociedade Alfa, S. A., um contrato de construção sem revisão de preços, tendo a obra sido adjudicada por 10.000 m. €. O contrato previa que a obra se iniciasse com a respetiva assinatura e que estivesse concluída em 20(N+1).

A empresa ObraX, Lda. utiliza o método da percentagem de acabamento para a contabilização deste tipo de contratos de longo prazo.

Foi possível obter ainda a seguinte informação (em m. €):

	Gastos acumulados incorridos	Estimativa dos gastos totais da obra
20(N-1)	1.350,0	9.000,0
20(N)	4.892,5	9.500,0

Exame Profissional (a que se refere Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais Contas)	29 junho 2013	VERSÃO A
--	----------------------	-----------------



Sabe-se ainda no final dos anos 20(N-1) e 20(N) estavam imputados gastos com materiais por aplicar no montante de 225,0 m.€ e 142,5 m.€, respetivamente.

O rédito reconhecido na demonstração dos resultados de 20(N) da sociedade ObraX, Lda. relacionado com o presente contrato é de:

- a) 3.750 m.€.
- b) 5.150 m.€.
- c) 5.000 m.€.
- d) 3.650 m.€.

Questão 45.:

A sociedade Paytax, S. A. optou por, em 31.dez.20(N), reconhecer uma perda por imparidade no valor de €5.000 relativa a dívida de Cliente de €10.000, cuja antiguidade era de cinco meses.

Considera-se provável a existência de lucros futuros contra os quais poderão ser usados créditos tributáveis não usados.

Relativamente ao efeito desta operação nos impostos diferidos e considerando uma taxa de imposto de 25%, qual dos lançamentos efetuados em 31.dez.20(N) está correto?

- a) Débito da conta 8122 – Imposto diferido por € 1.250 e crédito da 2742 – Passivo por impostos diferidos por € 1.250.
- b) Débito da conta 8121 – Imposto corrente por € 1.250 e crédito da 2742 – Passivo por impostos diferidos por € 1.250.
- c) Débito da conta 2742 – Passivo por impostos diferidos por € 1.250 e crédito da 8122 – Imposto diferido por € 1.250.
- d) Débito da conta 2741 – Ativo por impostos diferidos por € 1.250 e crédito da 8122 – Imposto diferido por € 1.250.

Questão 46.:

Dos documentos de prestação de contas da sociedade X, referentes ao ano N, retirou-se a informação seguinte:

- Vendas – Mercadorias	€ 850.000
- Custo das mercadorias vendidas	€ 600.000
- Investimentos em ativos fixos tangíveis	€ 250.000
- Depreciações do período	€ 70.000
- Aumento dos inventários de mercadorias	€ 25.000
- Redução das dívidas a pagar	€ 30.000
- Aumento de financiamentos obtidos	€ 75.000
- Gastos com o pessoal	€ 150.000
- Aumento das dívidas a receber	€ 45.000

O fluxo das atividades operacionais da empresa X, nesse ano, foi:

- a) € 0.
- b) € 45.000.
- c) € 75.000.
- d) € 85.000.



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 47.:

Contactado pela empresa ABC, Lda para assumir as funções de TOC, Manuel abordou imediatamente o colega anterior, nos termos estatutários e deontológicos. Na resposta, o anterior colega comunicou-lhe que não existem honorários em dívida mas alertou-o para o reiterado incumprimento pelo cliente das obrigações legais a que está obrigado, nomeadamente pagamento dos impostos, contribuições para a segurança social e pagamento dos salários aos trabalhadores. Nestas circunstâncias, o Manuel:

- a) Não deve assumir as funções de TOC.
- b) Deve exigir ao cliente a assinatura de uma declaração de responsabilidade.
- c) Deve informar a Autoridade Tributária do incumprimento do cliente.
- d) Deve denunciar aqueles factos ao Ministério Público.

Questão 48.:

Instado pela entidade patronal a não sujeitar a tributação autónoma as despesas não documentadas, o TOC deve:

- a) Ignorar a ordem da entidade patronal.
- b) Informar a entidade patronal do devido enquadramento fiscal destas despesas e, mantendo-se o conflito, solicitar um parecer ao conselho diretivo da Ordem.
- c) Denunciar a entidade patronal ao ACT - Autoridade das Condições do Trabalho por violação do Código do Trabalho.
- d) Rescindir com justa causa o contrato de trabalho.

Questão 49.:

No último debate do programa televisivo "A Favor ou Contra" o TOC António Sousa, quando inquirido pela apresentadora, disse "*Todos sabem que os TOC são cúmplices das fraudes fiscais praticadas pelos seus clientes*". Esta afirmação:

- a) É uma opinião legítima do interveniente.
- b) Põe em causa o prestígio da profissão.
- c) Constitui um crime de ofensa ao bom nome.
- d) É verdadeira.

Questão 50.:

A violação do dever de urbanidade constitui uma violação do:

- a) Princípio da idoneidade.
- b) Princípio da competência.
- c) Princípio da responsabilidade.
- d) Princípio da lealdade.